

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

Compras e Bens Comuns

Processo Administrativo: 31383/2025

1. DO OBJETO: MATERIALe ELÉTRICO/HIDRÁULICO

1.1. Contratação de empresa para aquisição dos bens, abaixo descritos, com fornecimento único, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento.

Item	Cod	Descrição:	Unid	Qtde	Valor unit.	Vlr Total
1	262424	Disjuntor de Monofásico 40 Amperes	unid	50	R\$ 12,63	R\$ 631,50
2	258785	Disjuntor Bifásico 40 Amperes	Unid	50	R\$ 36,17	R\$ 1.808,50
3	279716	Tomada 2P+ T 250 V Sistema X Completa Com suporte c/placa – Cor Branca	Unid	200	R\$ 12,42	R\$ 2.484,00
4	523752	Disjuntor Monofásico 20 Amperes	Unid	50	R\$ 9,54	R\$ 477,00
5	94551	TE 25 mm para agua soldavel – cor marron	Unid	300	R\$ 1,30	R\$ 390,00

1.2. Os bens têm natureza comuns, tendo em vista que seus padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado, nos termos do art. 6º, inc. XIII, da Lei 14.133/2021 e não se enquadram como sendo de bens de luxo, conforme Decreto Municipal 19.710, de 24/01/2023.

1.3. O prazo de vigência da contratação é de 90 (noventa) dias, contado do recebimento da Nota de Empenho, na forma do art. 105, da Lei 14.133/2021.

1.4. O custo estimado total da contratação é de R\$ 5.791,00 (Cinco mil setecentos e noventa e um reais) conforme custos unitários apostos na tabela acima (item 1.1).

1.5. O regime de execução contratual será o de empreitada por preço unitário.

2. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO:

2.1. Considerando a necessidade de climatização das unidades vinculadas a esta Secretaria, especialmente diante de períodos de intensa frente fria, faz-se imprescindível a instalação de equipamentos de aquecimento nos ambientes institucionais. Para viabilizar tal medida, é necessária a adequação da infraestrutura elétrica existente, com a instalação de novos pontos de tomada e a extensão da rede elétrica em conformidade com as normas técnicas vigentes. Diante disso, justifica-se a aquisição de materiais elétricos específicos, os quais permitirão a execução dos serviços de adaptação e instalação por parte do setor de manutenção. Essa iniciativa visa

Doe órgãos, doe sangue: Salve vidas!

garantir maior conforto térmico aos servidores e usuários dos serviços públicos, além de preservar a integridade dos equipamentos e a segurança das instalações.

2.2. O Município do Rio Grande/RS possui Plano de contratação Anual, em elaboração.

2.3. Em razão de os bens possuírem natureza comum, amplamente comercializados por diversas entidades empresárias a admissão de consórcio atenta contra o princípio da competitividade, pois permitiria, com o aval do Município, a união de concorrentes que poderiam muito bem disputar entre si, violando, por via transversa, o princípio da competitividade, atingindo ainda a vantajosidade buscada pelo Município. Nesse sentido, justifica-se a não participação de consórcio no presente.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO:

3.1. A solução proposta é a contratação de empresa especializada para o fornecimento dos bens descritos no item 1.

3.2. Os quantitativos estimados para a contratação pretendida não têm como parâmetro as últimas contratações com o mesmo objeto, realizadas por este Município, para este tipo de material não foi feita nenhuma aquisição no presente exercício financeiro.

3.3. Conforme pesquisa de mercado realizada, para solução da necessidade administrativa, objeto do presente, segue indicação de valores contratados por fornecedores.

3.3.1. Tais referências foram obtidas por meio de pesquisa, efetuadas com base no Decreto Municipal 19.706, de 19/01/2023, que regulamentou a Pesquisa de Preços:

Item	Objeto	Fornecedor CNPJ	Data	VLr Unit.
1	Disjuntor de Monofásico 40A	Cássia Materiais Hidráulicos e Ferragem CNPJ: 00.232.128/0001-80	12.08.2025	R\$ 12,95
		Ferragem Lorenzet Ltda CNPJ : 88.318.456/0004-98	13.08.2025	R\$ 13,59
		Loja Quero-Quero S.A CNPJ 96.418.264/0091-95	14.08.2025	R\$ 12,94
		Comel Com e Serv. Eletricos Hidraulicos CNPJ 04.123471/0001-48	12.08.2025	R\$ 12,63
2	Disjuntor Bifásico 40 A	Cássia Materiais Hidráulicos e Ferragem CNPJ: 00.232.128/0001-80	12.08.2025	R\$ 47,00
		Ferragem Lorenzet Ltda CNPJ : 88.318.456/0004-98	13.08.2025	R\$ 39,99
		Loja Quero-Quero S.A CNPJ 96.418.264/0091-95	14.08.2025	R\$ 36,17
		Comel Com e Serv. Eletricos Hidraulicos CNPJ 04.123471/0001-48	12.08.2025	R\$ 38,64
3	Tomada 2P+T20A 250V Sistema x	Cássia Materiais Hidráulicos e Ferragem CNPJ: 00.232.128/0001-80	12.08.2025	R\$ 16,40

Doe órgãos, doe sangue: Salve vidas!

	Modelo Novo	Ferragem Lorenzet Ltda CNPJ : 88.318.456/0004-98	13.08.2025	R\$ 12,42
		Loja Quero-Quero S.A CNPJ 96.418.264/0091-95	14.08.2025	R\$ 10,79
		Comel Com e Serv. Eletricos Hidraulicos CNPJ 04.123471/0001-48	12.08.2025	R\$ 6,74
4	Disjuntor Monofásico 20A	Cássia Materiais Hidráulicos e Ferragem CNPJ: 00.232.128/0001-80	12.08.2025	R\$ 9,65
		Ferragem Lorenzet Ltda CNPJ : 88.318.456/0004-98	13.08.2025	R\$ 10,33
		Loja Quero-Quero S.A CNPJ 96.418.264/0091-95	14.08.2025	R\$ 10,79
		Comel Com e Serv. Eletricos Hidraulicos CNPJ 04.123471/0001-48	12.08.2025	R\$ 9,54
5	TE 25 mm para agua soldável – cor marron	Cássia Materiais Hidráulicos e Ferragem CNPJ: 00.232.128/0001-80	12.08.2025	R\$ 1,43
		Ferragem Lorenzet Ltda CNPJ : 88.318.456/0004-98	13.08.2025	R\$ 1,30
		Loja Quero-Quero S.A CNPJ 96.418.264/0091-95	14.08.2025	R\$ 1,79
		Comel Com e Serv. Eletricos Hidraulicos CNPJ 04.123471/0001-48	12.08.2025	R\$ 1,50

3.4. Vislumbra-se que o valor da tabela que consta no item 1.1 é compatível, com o praticado pelo mercado correspondente, observando-se o disposto no Decreto Municipal 19.706/2023.

3.5. As memórias de cálculo, bem como os documentos que lhe dão suporte estão anexados, no processo administrativo.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO:

4.1. São as previstas no instrumento contratual.

4.2. Adotar as seguintes práticas de sustentabilidade, quando couber:

- a)** os bens devem ser constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme normas específicas da ABNT;
- b)** observar os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO, como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares;
- c)** os bens deverão ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento;
- d)** os bens não conterão substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo

Doe órgãos, doe sangue: Salve vidas!

(Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenil-polibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs).

4.3. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

4.4. Não haverá exigência da garantia da contratação dos arts. 96 e seguintes da Lei 14.133/2021.

4.5. O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei 8.078/1990 (Código de Defesa do Consumidor).

4.6. O prazo de garantia contratual dos bens, complementar à garantia legal, é de, no mínimo, um ano (12) meses, ou pelo prazo fornecido pelo fabricante, se superior, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto.

4.6.1. A garantia será prestada com vistas a manter os equipamentos fornecidos em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para o Contratante.

4.6.2. A garantia abrange a realização da manutenção corretiva dos bens pelo próprio Contratado, ou, se for o caso, por meio de assistência técnica autorizada, de acordo com as normas técnicas específicas.

4.6.3. Entende-se por manutenção corretiva aquela destinada a corrigir os defeitos apresentados pelos bens, compreendendo a substituição de peças, a realização de ajustes, reparos e correções necessárias.

4.6.4. As peças que apresentarem vício ou defeito no período de vigência da garantia deverão ser substituídas por outras novas, de primeiro uso, e originais, que apresentem padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos das peças utilizadas na fabricação do equipamento.

4.6.5. Uma vez notificado, o Contratado realizará a reparação ou substituição dos bens que apresentarem vício ou defeito no prazo de até 15 (quinze) dias úteis, contados a partir da data de retirada do equipamento das dependências da Administração pelo Contratado ou pela assistência técnica autorizada.

4.6.6. O prazo indicado no subitem anterior, durante seu transcurso, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada do Contratado, aceita pelo Contratante.

4.6.7. Na hipótese do subitem acima, o Contratado deverá disponibilizar equipamento equivalente, de especificação igual ou superior ao anteriormente fornecido, para utilização em caráter provisório pelo Contratante, de modo a garantir a continuidade dos trabalhos administrativos durante a execução dos reparos.

4.6.8. Decorrido o prazo para reparos e substituições sem o atendimento da solicitação do Contratante ou a apresentação de justificativas pelo Contratado, fica o Contratante autorizado a contratar empresa diversa para executar os reparos, ajustes ou a substituição do bem ou de seus componentes, bem como a exigir do Contratado o reembolso pelos custos respectivos, sem que tal fato acarrete a perda da garantia dos equipamentos.

4.6.9. O custo referente ao transporte dos equipamentos cobertos pela garantia será de responsabilidade do Contratado.

4.6.10. A garantia legal ou contratual do objeto tem prazo de vigência próprio e desvinculado daquele fixado no contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual.

Doe órgãos, doe sangue: Salve vidas!

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO:

5.1. O prazo de entrega dos bens é de 15 (quinze) dias, contados do envio da Nota de Empenho e do seu Anexo.

5.2. Os bens deverão ser entregues na cidade de Rio Grande – RS no seguinte endereço, Rua Almirante Barroso, 83– Cep 96200-380 - Bairro Centro – Almoxarifado da SMS.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO:

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei 14.133/2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. A gestão e a fiscalização do objeto contratado serão realizadas conforme disposto no Decreto Municipal 19.707/2023.

6.3. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.4. As comunicações entre o Município e a Contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.5. O Município poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.6. O Contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo Contratante.

6.7. Somente o Contratado será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato.

6.7.1. A inadimplência do Contratado em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato.

6.8. Antes do pagamento da nota fiscal ou da fatura, deverá ser consultada a situação da empresa junto ao SICAF.

6.8.1. Serão exigidos a Certidão Negativa de Débito (CND) relativa a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, o Certificado de Regularidade do FGTS (CRF) e a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), caso esses documentos não estejam regularizados no SICAF.

Doe órgãos, doe sangue: Salve vidas!

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO:

7.1. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do fornecimento nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

7.2. Os bens serão recebidos provisoriamente, em até 7 (sete) dias, pelo Fiscal Técnico, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes, neste Termo de Referência e na proposta, com a nota fiscal.

7.3. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da notificação à Contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.4. O recebimento definitivo cabe ao Gestor do Contrato ou Comissão por ele designada, conforme art. 22 do Decreto Municipal 19.707, de 19/01/2023.

7.5. O recebimento definitivo ocorrerá em até de 15 (quinze) dias úteis, a contar da total execução do objeto, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

7.5.1. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

7.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei 14.133/2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.7. O prazo para a solução, pelo Contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

7.8. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante.

7.9. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei 14.133/2021.

Doe órgãos, doe sangue: Salve vidas!

7.10. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta-corrente indicado pelo Contratado.

7.11. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.12. As demais informações acerca do pagamento, constam no instrumento contratual.

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR:

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de Contratação Direta, com fundamento na hipótese do art. 75 Inc II da Lei 14.133/2021 que culminará com a seleção da proposta mais vantajosa para o Município.

8.2. Para fins de contratação, deverá o fornecedor comprovar os requisitos de habilitação, bem como apresentar as Declarações.

8.3. Previamente à celebração do contrato, a Administração verificará o eventual descumprimento das condições para contratação, especialmente quanto à existência de sanção que a impeça, mediante a consulta a cadastros informativos oficiais, tais como:

a) SICAF;

b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);

c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>)

8.4. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa fornecedora e de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei 8.429/1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

8.5. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

8.6. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

8.7. O fornecedor será convocado para manifestação previamente a uma eventual negativa de contratação.

Doe órgãos, doe sangue: Salve vidas!

8.8. Caso atendidas as condições para contratação, a habilitação do fornecedor será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.

8.9. É dever do fornecedor manter atualizada a respectiva documentação constante do SICAF, ou encaminhar, quando solicitado pela Administração, a respectiva documentação atualizada.

8.10. Não serão aceito documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

8.11. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, caso exigidos, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

8.12. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

9. CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

9.1. As despesas decorrentes do objeto deste Termo correrão à conta da seguinte dotação orçamentária:

Dotação	2025/722- Prefeitura Municipal do Rio Grande
Programa de Trabalho	10.002.10.301.0004.1403 - MANUTENÇÃO E ESTRUTURAÇÃO DOS ESTABELECIMENTOS DE SAÚDE
Elemento de Despesa	3.3.90.30.00.00.00.00 - Material de consumo
Fonte de Recurso	2600 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal
Destinação	4500 - Custeio Atenção Primário
Rubrica Item	3.3.90.30.24.00.00.00 - Material para manutencao de bens imoveis / instalações
Dotação	2025/722- Prefeitura Municipal do Rio Grande
Programa de Trabalho	10.002.10.301.0004.1403 - MANUTENÇÃO E ESTRUTURAÇÃO DOS ESTABELECIMENTOS DE SAÚDE
Elemento de Despesa	3.3.90.30.00.00.00.00 - Material de consumo
Fonte de Recurso	2600 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal
Destinação	4500 - Custeio Atenção Primário
Rubrica Item	3.3.90.30.26.00.00.00 - Material elétrico eletrônico

Doe órgãos, doe sangue: Salve vidas!

Estado Do Rio Grande Do Sul
PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE
SECRETARIA DE MUNICÍPIO DA SAÚDE

Secretaria de Município da Saúde
Rio Grande/RS, 23 de Outubro de 2025.

Claudiomir Fonseca
Núcleo de Compras

Juliana Acosta Santorum
Secretária de Município da Saúde

Doe órgãos, doe sangue: Salve vidas!